

Ilê Axé Omin Agbara Oluayê

Roça

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Roça

Ilê Axé Omin Agbara Oluayê

Patrocínio:

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

Apoio:

Instituto Nova Travessia

Fondo de Acción Urgente

Núcleo de Estudos de Matriz
Africana da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro

Jardim Botânico da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro

Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Amigos e colaboradores do Axé:

Joseli Resse

Erika Pinheiro

Naura Pinto

Edu Nascimento

Marcia Ferreira

Rafaela Pinheiro

Ana Vargas

Nina Pinheiro Bonfim

Orientação do Plantio:

Alexandra Helena da Cruz

Fabiana Fróes Cordeiro

Edição:

Augusto Melo Brandão

Revisão:

Julya Tavares

Fotografias:

Amanda Vitor Neri

Diagramação e projeto gráfico:

Raphael Botelho

Capa:

Bruna Souza





Ilê Axé Omin Agbara Oluayê

Autores:

Flavia Regina da Cruz Vieira

Nádia Bonfim da Silva

Jaciléia Silva Santos

Rodrigo Coelho Pereira

Marcia Fagundes

Fernanda Santos

Amanda Vitor Neri

Liana Silva

Talita Silva

Dani Ortega

Bárbara Félix

Cristiane Vieira

Giovana Xavier

Danielle Alves de Almeida

Bruna Pereira de Souza

Raphael Botelho de Moura

Augusto Melo Brandão

Julya Tavares

Daniela Rosa

Anna Clara Conte

Bruna Saggioro

*Sem folha não tem vida
Sem folha não tem nada
Quem é você e o que faz por aqui
Eu guardo a luz das estrelas
A alma de cada folha
Sou Aroni
Cosi euê
Cosi orixá
Euê ô
Euê ô orixá¹*

1 Trecho extraído de “Salve as folhas”, composição de Gerônimo.

Sumário

09 *Sertão das águas*

24 *Um telhado para as raízes*

47 *Pequeno indicionário
de saberes ancestrais*



Rio Guandu, visto da divisa Nova Iguaçu-Seropédica



Capítulo I

Sertão das Águas

Este ebook é fruto do projeto *Kò sí ewé, kò sí òrìsà*: saberes tradicionais da natureza nas comunidades de terreiro, premiado pelo Edital Povos Tradicionais Presentes, da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro. Trata-se de contrapartida pela contemplação financeira do edital, que teve por objetivo premiar propostas de manifestações culturais de comunidades tradicionais, e vale também como documento de registro e divulgação das ações realizadas no âmbito do presente projeto. Nesse contexto, a proposição feita pelo Ilê Axé Omin Agbara Oluayê tinha como objeto a transmissão dos saberes relacionados ao cuidado da natureza no culto de orixá. Tomando como ponto de partida o provérbio iorubano – *Kò sí ewé, kò sí òrìsà*, sem folha



não há orixá –, o projeto destinou-se a debater os múltiplos manejos e saberes ritualísticos das ervas nas comunidades de terreiro, visando à preservação dos saberes da natureza e à reflexão acerca de temas como desenvolvimento sustentável, agricultura familiar e racismo ambiental.

O projeto teve duas etapas: um momento de plantio de ervas e árvores sagradas no espaço do terreiro, ação ritualística e coletiva que visava contribuir para a preservação das ervas e seus saberes, possibilitando à comunidade de axé um viveiro natural para a preservação de sua flora sagrada; e um momento voltado para a troca de saberes e experiências sobre as ervas, feita através de uma roda de conversa aberta a povos e comunidades tradicionais de matriz africana no espaço do Ilê Axé Omin Agbara Oluayê. Para essa última atividade, foram convidadas lideranças religiosas de diferentes casas de axé locais, a fim de propor um debate plural acerca dos saberes das ervas e sua contribuição para pensar e praticar outros modos de manejo do solo e de cuidado com a natureza. Como responder a um mundo marcado pelo desafiador cenário das mudanças

climáticas, resultantes elas mesmas de mais de 500 anos de políticas extrativistas por parte das sociedades ocidentais? Acreditamos que embora não haja uma resposta certa a essa pergunta, as contribuições dos saberes tradicionais de povos de terreiro, povos quilombolas e povos indígenas são fundamentais para desenhar comunidades e mundos que valorizem e disseminem a vida, no lugar de fazer proliferar a morte. Também nesse sentido, a proposta da roda de conversa era a de promover a articulação entre lideranças de axé locais, para o enfrentamento das problemáticas que ainda hoje marginalizam comunidades de axé.

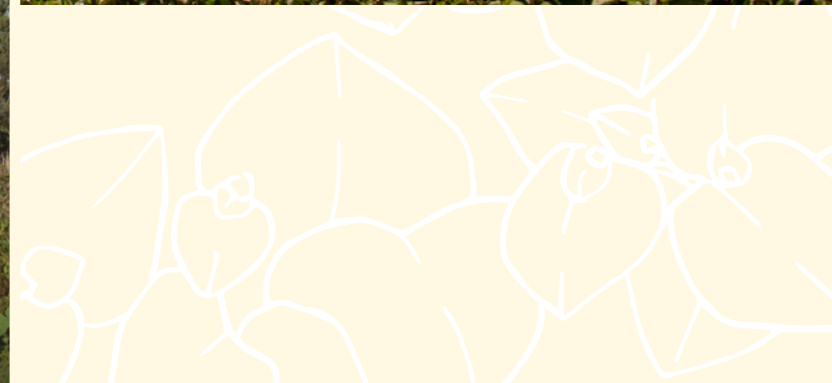
Fala-se de chão, de território. Fala-se de roça, palavra que na língua dos Candomblés designa o próprio espaço da casa de axé: “minha roça é longe”, “vou à roça”. Que esta palavra seja, no popular, sinônimo de “barracão” e “terreiro” diz muito sobre as políticas do chão que imperam desde que Brasil é Brasil. Políticas que não dizem respeito apenas à histórica concentração fundiária no campo ou às desigualdades socioeconômicas manifestas na própria geografia das cidades brasileiras. Política que na verdade é uma só, no campo como na cidade, possibilitando que determinados agentes detenham, historicamente, o poder de repartir o chão e o direito de dizer a propriedade do chão. Como se chão, essa origem e esse destino, pudesse ser medido, esquadrinhado, quantificado, roubado, grilado, desmatado, inutilizado. Nessa equação perversa, rouba-se o chão justamente daqueles que sabem zelar pelo chão, homens e mulheres pretos e indígenas, trabalhadores do campo e da cidade que construíram, com seu suor, um solo para alguma ficção de país. “Terreiro”, “barracão” e “roça” surgem, portanto, como palavras importantes se quisermos pensar tanto o processo político que expulsou casas de axé dos grandes centros urbanos do Sudeste, como os reflexos desse processo para a relação das comunidades de terreiro com o território.

Em cidades como o Rio de Janeiro, esse processo histórico de exclusão e segregação levou os terreiros para longe da paisagem urbana da cidade. Se na primeira metade do século XX esse processo se deu por atuação das elites econômicas, cujas políticas públicas empurraram a população pobre da região central da cidade em direção à Zona Norte, à Zona Oeste e à Baixada Fluminense, hoje ele se atualiza diante do pacto entre igrejas neopentecostais e grupos paramilitares que controlam os subúrbios e periferias urbanas. A atuação desses grupos vem, desde a década de 1980, expulsando terreiros de favelas, impedindo que os mesmos realizem suas atividades e mesmo negando a candomblecistas que moram nesses territórios a possibilidade de seguirem o preceito religioso, como o uso da roupa branca. Isso não quer dizer que aquelas comunidades que migraram ou se instalaram em regiões mais afastadas dos grandes adensamentos populacionais, como a Zona Oeste e a Baixadas, sintam-se mais seguras. Na verdade, elas também convivem com ameaças constantes e risco de ataques – vale destacar que Nova Iguaçu é um dos municípios com maior número de casos de racismo religioso no estado. A constante sensação de insegurança, inclusive, tem levado algumas comunidades a adaptar suas práti-

cas religiosas de instalação no território, optando pela locação de espaços no lugar da construção e fixação de um barracão em solo sacralizado e ritualizado.

O afastamento forçado das casas de axé dos grandes centros urbanos – presente no popular ditado “macumba boa é longe” – coloca o barracão no espaço limiar entre a cidade e o campo, nos conchaves territoriais entre as áreas industriais, os bairros operários e as zonas rurais. É o caso, por exemplo, de Prados Verdes, bairro localizado entre o Rio Guandu e a antiga rodovia Rio-São Paulo, na altura do km 34. A prática de nomear os bairros desta rodovia segundo a marcação dos quilômetros – km 32, km 34, km 40 – diz muito sobre o tipo de povoamento da região. As ruas próximas às rodovias são as que detêm as melhores casas, asfaltamento e infraestrutura sanitária mínima, além de concentrarem a maior parte dos serviços disponíveis – lanchonetes, padarias e farmácias. Quanto mais se caminha para dentro, na direção contrária à rodovia, encontramos moradias mais precárias, ruas de terra batida e sem infraestrutura de esgoto ou iluminação adequadas... e terreiros, muitos terreiros. A região

**Rio Guandu
na altura da
Rua Santo
Antoninho
(Prados
Verdes)
e vista
da trilha para
o rio**



concentra uma grande quantidade de casas de axé, construídas ou em construção. Nas fachadas de muitos deles, vemos como a sensação de insegurança se materializou na preocupação do construtor: muros de tijolos de concreto erguidos em uma altura superior às estruturas internas, impedindo que se veja, com clareza, que se trata de um espaço de culto.

A precariedade construtiva das moradias de Prados Verdes contrasta com a exuberância da paisagem e da flora da região. Situado às margens do Rio Guandu e fazendo fronteira com a Área de Proteção Ambiental Gericinó-Mendanha, o bairro faz jus ao seu nome, possuindo um solo fértil e extremamente irrigado, com grande presença de touceiras de Ewê-lará (Mamonas), planta utilizada em diferentes rituais das casas de santo, como o Olubajé, em que as folhas servem como prato para a disposição das comidas sacralizadas. Em muitas casas da região, vemos quintais com diversas árvores e ervas utilizadas no culto de orixá, como pés de Boldo e Comigo-Ninguém-Pode, Espadas-de-São-Jorge, Bambuzais, Bananeiras e Cactos. No entanto, a ausência de um projeto urbanístico para o bairro é também responsável pela falta de sombreamento. À exceção de uma única Amendoeira, localizada em frente ao

**Trilha para o Rio
Guandu ao final
da Rua Santo
Antoninho, Prados
Verdes, Nova Iguaçu**



nosso barracão (por sorte), a rua encontra-se praticamente desprovida de árvores capazes de oferecer sombra aos transeuntes. Nos primeiros anos da construção de nosso Axé, quando ainda estávamos erguendo os muros do terreno, aquela amendoeira foi nosso abrigo nos dias de sol a pino, espaço para descansar e esfriar o corpo. Foi pensando nisso que, neste projeto, plantamos árvores frondosas na entrada do nosso barracão, com o desejo de oferecer, num futuro próximo, alguma sombra para que os transeuntes possam sentar e se abrigar. Hoje, o desejo é dar continuidade ao projeto de plantio, cultivando um xirê de árvores sagradas ao longo da Rua Santo Antoninho.

Ao final dessa mesma rua, uma trilha para o Rio Guandu é ponto de encontro de moradores da região e candomblecistas, que utilizam o rio para finalidades diversas, do banho à pesca, dos ebós às oferendas rituais para a terra e a água. A riqueza natural da paisagem, todavia, não reflete a condição de vida dos moradores. Embora a região seja margeada por uma estação de tratamento da CEDAE, apenas uma pequena parcela das casas possui água encanada e tratamento de esgoto adequado. Em abril de 2022, o município de Nova Iguaçu foi palco de uma tragédia ambiental: fortes chuvas fizeram subir o nível dos rios, destruindo casas e inundando moradias. Alguns moradores tiveram suas habitações arrastadas pela correnteza. Outros perderam eletrodomésticos e documentos. Em muitas casas de axé da região, como a nossa, a água comprometeu as estruturas construtivas, arrastando os aterros onde se encontravam as fundações, rachando pisos e muros. Casas de axé que não foram construídas sobre terreno aterrado também viram suas dependências alagarem



Registro da Quitanda de Erê de 2021, quando foram distribuídas 32 cestas básicas a famílias em situação de vulnerabilidade social na região de Prados Verdes.

por conta da chuva, por vezes comprometendo os próprios assentamentos religiosos.

O desenvolvimento sustentável não pode ocorrer enquanto os recursos naturais estiverem à disposição de uma pequena elite econômica e política. Também não poderá ocorrer enquanto não encontrarmos formas de combater as profundas desigualdades que marcam nossa sociedade, possibilitando que territórios e comunidades que vivem próximas a recursos hídricos essenciais para o funcionamento dos centros urbanos – o Guandu é o principal responsável pelo fornecimento de água da região metropolitana do Rio de Janeiro – não tenham, sequer, tratamento de esgoto e água encanada. Nesse contexto de extrema vulnerabilidade social, casas de axé podem promover um importante trabalho na ausência de políticas públicas para o território, servindo como espaços de acolhimento, cuidado e proteção para a comunidade do entorno. Se a organização dos Candomblés em enclaves fechados respondeu, historicamente, à necessidade de se proteger das múltiplas manifestações do racismo religioso, perguntamos a eficácia dessa



Roda de conversa com mulheres da região de Prados Verdes. Na ocasião, as mulheres do Ilê Axé Omin Agbara Oluayê promoveram uma atividade lúdica com as moradoras do bairro, voltada para a discussão sobre temas como autocuidado, empoderamento feminino e dignidade menstrual.

prática no presente, quando o mesmo racismo religioso continua a ameaçar a permanência de casas de axé em seus territórios e espaços sagrados, construídos a duras penas. Seria possível, no sentido inverso, conjugar a prática religiosa à prática social, contribuindo para o fortalecimento das comunidades locais a partir das perspectivas afrodiaspóricas? Se quizila de orixá é fome, não podemos deixar de observar a situação de profunda insegurança alimentar em curso em nosso país, particularmente grave para mulheres, crianças e famílias pretas e pardas. Por outro lado, contribuir para a diminuição do contexto de vulnerabilidade das regiões nas quais estamos inseridos é também dar de comer à terra, fazer da roça um espaço de plantio de relações nutritivas, onde o Candomblé deixe de ser visto sob a lente do racismo religioso para ser reconhecido como agente de transformação da comunidade.

Oficina de Leitura e Contação de Histórias com crianças e adolescentes do Ilê Axé Omin Agbara Oluayê e moradoras da região de Prados Verdes.





Visita do CRAS de Nova Iguaçu ao espaço do Ilê Axé Omin Agbara Oluayê. Na ocasião, foram atendidas 25 famílias da região, com inscrição no CAD Único e inserção em programas sociais.

Nesse sentido, o Ilê Axé Omin Agbara Oluayê tem apostado na formação de vínculos com o entorno através de ações sociais, tanto para garantir a permanência no território e o reconhecimento pela população local, como para diminuir sua situação de vulnerabilidade, na ausência do poder público. Assim fazemos, porque acreditamos no poder das práticas coletivas de cuidado do corpo e da mente que fundamentam nossa prática religiosa. Como nos ensinou Essá Regina Lúcia de Oxaguiã (*in memoriam*), para gostar de Candomblé, é preciso gostar de gente. Na festa dos erês de 2021, distribuimos 32 cestas básicas a famílias moradoras do entorno do terreiro, além de livros, brinquedos e doces, visando contribuir para a alimentação física, espiritual e mental de crianças, adolescentes e suas famílias. No último mês de julho, estabelecemos importante interlocução com o CRAS de Nova Iguaçu para visita ao espaço do terreiro e realização de Busca Ativa de famílias para cadastramento no CAD Único, inserção em projetos sociais e segunda via de documentos, com atendimento de 25 famílias. E ao longo dos últimos meses, temos desenvolvido ações junto a mulhe

res da comunidade local, com rodas de conversa sobre temas como equidade de gênero e dignidade menstrual, além de distribuição de kits de cuidados de saúde e bem-estar, sempre com uma refeição ao final, a fim de reforçar o sentido das práticas alimentares na perspectiva dos povos de axé. Somos uma comunidade composta em sua maioria de mulheres negras e acreditamos no empoderamento feminino como ferramenta imprescindível à diminuição da vulnerabilidade dos núcleos familiares: quando atendemos uma mulher, atendemos indiretamente também os seus filhos/as e companheiro/a. Acreditamos que as tecnologias afrodiaspóricas de cuidado e proteção, ancoradas na estrutura matrilinear do terreiro, podem contribuir para uma outra leitura das vidas e trajetórias de mulheres pretas e periféricas, que não seja pautada apenas pela pobreza e pela falta.

Na religião como na política, não é fácil construir uma prática coletiva. Somada à rotina muitas vezes difícil e árdua de uma casa de santo, é preciso arrumar tempo e energia para pensar atividades, articular parcerias, escrever projetos e construir laços efetivos com a comunidade. No entanto, acreditamos que somente assim podemos reivindicar para o terreiro o espaço que lhe é de direito, enquanto local de gestar e preservar outras formas de viver em sociedade. Essas ações não visam à mera caridade ou assistencialismo. Ao contrário, procuram conscientizar o poder público e a sociedade civil acerca da importância das casas de axé nas comunidades onde se encontram inseridas, muitas vezes realizando ações sociais relevantes na ausência de políticas públicas para o território.



O presente projeto se encontra nesse conjunto de preocupações, com foco especial para as questões da sustentabilidade e da preservação e difusão dos saberes tradicionais sobre as múltiplas espécies de ervas e árvores com finalidades ritualísticas. Nesse livro, você encontrará um comentário expositivo a respeito das ações de plantio e roda conversa realizadas no âmbito do projeto; uma breve descrição sobre as ervas plantadas no espaço sagrado e seus múltiplos usos ritualísticos e medicinais dentro e fora das comunidades de terreiro; reflexões sobre o processo de construção do barracão a partir da própria experiência de nossa comunidade; e discussões sobre os desafios que a agenda do desenvolvimento sustentável coloca para as comunidades de axé. Desejamos, com isso, oferecer ao/à leitor/a um pouco dos conhecimentos que plantamos e cultivamos dentro de nosso espaço sagrado ao longo de seis meses de projeto.

Gostaríamos de agradecer à Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado do Rio de Janeiro e ao Governo do Estado, por patrocinarem esta iniciativa, possibilitando a criação de nosso jardim ritualístico e a construção do telhado de nosso barracão, passos importantes para a garantia da sustentabilidade de nosso Ilê Axé. Queremos agradecer, igualmente, ao apoio do Instituto Nova Travessia e do Fondo de Acción Urgente, organizações que ofereceram suporte estratégico e logístico para a realização deste e de outros projetos que temos desenvolvido no espaço de nosso terreiro, e ao Jardim Botânico, pelo fornecimento de nossas mudas de Ipê Amarelo, Cambucá e Pitanga. Por fim, nosso mais sincero obrigado à parceria estabelecida com a Universidade Fede

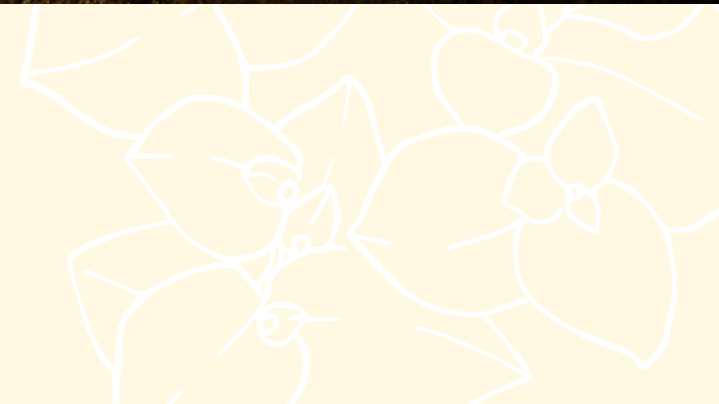
ral Rural do Rio de Janeiro, na pessoa do Prof. Marcelo Souza, presidente do Jardim Botânico desta instituição, e dos estudantes Bruno e Núbia, do Núcleo de Estudos de Matriz Africana (NEMAFRO), que nos forneceram diversas ervas de axé, algumas delas extremamente importantes para a realização do culto, como é o caso da Erva-de-Santa-Luzia, contribuindo para a prosperidade de nosso jardim litúrgico.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura!





Registros da Ação de Plantio de ervas e árvores sagradas em nosso Ilê Axé





Capítulo II

Um Telhado para as Raízes

Vai, barracão

Pendurado no morro

E pedindo socorro

A cidade a seus pés¹

¹ Trecho extraído de “Barracão”, composição de Luis Antônio e Oldemar Magalhães.

Plantando axé, tijolo por tijolo

Quando você lê ou ouve a palavra “arquitetura”, o que vem à sua mente? Prédios antigos, com amplos saguões de entrada, imponentes e suntuosos? Ou, quem sabe, grandes construções da engenharia civil, como os prédios do Centro da cidade, com muitos andares apinhados de escritórios e espaços de trabalho? Talvez você pense em um museu – como o MAM ou o Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro – ou nos projetos de Oscar Niemeyer – como o Palácio da Alvorada. O fato é que, quando pensamos na palavra “arquitetura”, dificilmente conseguimos associá-la às construções improvisadas, com tijolos, canos e fiação à mostra, ou

mesmo àquelas construções mais simples e horizontais, com poucos cômodos e destinadas ao uso privado. Assim, poderíamos acreditar que só existe arquitetura onde existe muito dinheiro e recursos, como nos grandes centros urbanos. A arquitetura, nessa linha de raciocínio, seria um conhecimento acessível apenas às elites econômicas e políticas.

Mas será que isso é, de fato, verdade? Se as elites econômicas e políticas da sociedade nunca pegaram uma enxada na mão, como dizer que são elas as detentoras do saber arquitetônico? Os muitos mestres de obras que construíram Brasília, ou que fizeram o calçamento das ruas do Centro do Rio, não são detentores de um saber construtivo, baseado na experiência, na observação e no aprendizado do ofício passado através de gerações? Em um país marcado por quatro séculos de escravidão, os construtores de todas as grandes cidades brasileiras foram também aqueles aos quais muitas vezes faltaram os recursos – ou mesmo a liberdade – para a construção de suas próprias moradias. E porque a moradia é um aspecto fundamental da existência humana – o morador de rua dormindo sob a marquise reproduz, dentro de suas limitadas possibilidades, a necessidade de um teto que o cubra e o proteja do tempo –, a negação histórica desse direito à grande maioria da população brasileira provocou o surgimento das mais diversas estratégias de habitar e construir, dos cortiços às moradias de favela, das casas de mutirão à pisa do barro nas moradias de taipa. E não seriam essas estratégias, também, um modo de arquitetura?





Pensar as diferentes estratégias de habitar e construir criadas por homens e mulheres negros e negras é também democratizar a arquitetura, aproximando-a das experiências de mundo da maior parte da população brasileira. Neste capítulo, queremos convidar você a pensar o terreiro enquanto uma dessas estratégias, enquanto inteligência do habitar e do construir que é produto da histórica luta pelo direito à moradia no Brasil. Compreender o terreiro como projeto arquitetônico e urbanístico é também necessário diante dos cada vez mais frequentes ataques a templos de religiões de matrizes africanas. Se queremos defender nossos espaços de culto frente às novas manifestações do racismo religioso, precisamos reivindicar para esses espaços políticas públicas que garantam a preservação da memória e do saber construtivo e autóctone das comunidades de terreiro.

Registros das telhas de barro para a construção do telhado de nosso Sabagí/Roncó, e da preparação do terreno para o plantio das ervas

Nesse sentido, é importante dizer que o primeiro terreiro tombado como patrimônio histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) foi a Casa Branca do Engenho Velho, em 1984. A luta pelo seu tombamento foi motivada por disputas em torno da propriedade do terreno onde se localizava. Embora o proprietário oficial do terreno – dono de parcela significativa dos imóveis na cidade de Salvador – reconhecesse a posse secular do espaço, a comunidade religiosa não possuía o título de posse da terra, ficando à mercê das exigências do proprietário. Ainda hoje, vemos que pouquíssimos terreiros de Candomblé são tombados – apenas nove em todo o Brasil –, representando, junto com os quilombos, menos de 1% dos bens arquitetônicos tombados pelo IPHAN, contra 41% de estruturas religiosas de matriz católica. Por outro lado, um aspecto que dificulta o processo de tombamento de comunidades religiosas é, justamente, a falta de produção de conhecimento arquitetônico sobre elas – vale destacar, todavia, que inexistem publicações especializadas sobre arquitetura afro-brasileira no país¹. Produzir co-

1 Dados da palestra “Arquitetura de Terreiros e a

nhecimento sobre a arquitetura dos terreiros é, portanto, urgente se quisermos combater essa política de apagamento.

Historicamente, os primeiros terreiros de Candomblé surgiram a partir de uma extensão dos espaços domésticos da casa ou de espaços coletivos que eram locais de reunião e congregação de pessoas pretas. Exemplos como a Casa de Tia Ciata – que tinha no quintal dos fundos seus Candomblés e suas rodas de partido alto – ou a própria Casa Branca – que antes de transferir-se para o Engenho Velho funcionava nos fundos da Igreja da Barroquinha, em pleno Centro de Salvador – demonstram que terreiros foram, desde o início, lugares de resistência das tradições originárias de África e, ao mesmo tempo, espaços de criação da cultura brasileira. Construções religiosas adjacentes às construções domésticas, quartos de santo coletivos e espaços abertos para as festas litúrgicas, como um quintal ou um descampado, eram características comuns a muitas dessas casas de axé, fruto da necessidade de congregar, em um espaço limitado, o sagrado e o profano.

invisibilidade das religiões afro-brasileiras nos estudos de arquitetura religiosa”, de Andréia Moassab (MALOCA/UNILA).

No entanto, as múltiplas adaptações circunstanciais não impediram que os terreiros desenvolvessem, ao longo de sua história, um certo padrão arquitetônico próprio,¹ bem definido e com detalhes inerentes às características dos rituais religiosos praticados. Assim, o espaço do Ilê Axé divide-se em uma construção principal, que normalmente contém um salão amplo com uma coluna central – a cumeeira da casa –, onde são realizadas as festas públicas religiosas. Esse salão amplo costuma ser contíguo ao sabagí – cômodo destinado a vestir os orixás durante as festas – e ao roncó – quarto onde somente adentram os iniciados. Podem se encontrar também nas adjacências do salão alguns ilê orixá – quartos de santo. O restante do terreno divide-se em construções mais ou menos autônomas, distribuídas de acordo com as características do espaço e segundo os desígnios ou preferências dos orixás. Na maioria das vezes, orixás guardiões têm seus ilê orixá próximos à entrada do barracão, de modo a vigiar o portão. Também próximo à entrada costuma se encontrar o quarto destinado ao povo de rua – exus e pombogiras. Na lógica inversa, as áreas mais reservadas do terreno dão espaço, muitas das vezes, aos quartos de orixás que apreciam o silêncio.

1 Aqui tratamos especificamente da arquitetura do candomblé de nação Ketu, valendo-se destacar que outras nações apresentam outras especificidades arquitetônicas próprias.

Alguns quartos de orixá apresentam também características específicas, como é o caso da família Gí, cuja casa, na nossa nação, é feita de forma arredondada, de modo a simbolizar o infinito. Há ainda outros orixás cujas instalações encontram-se no espaço aberto do terreiro ou mesmo enterrados na terra. Os terreiros costumam ainda apresentar, quando possível, um ou mais cômodos e dependências para alojar os membros da casa. Em algumas casas, é possível encontrar também duas cozinhas: uma para preparação da comida litúrgica, outra para a comida profana.

As árvores e ervas sagradas desempenham um papel importante na concepção do espaço do terreiro: elas não apenas fornecem diferentes instrumentos aos ritos religiosos (folhas, favas, talos e cascas), como também são elementos espaciais, obedecendo em muitos casos à distribuição dos Ilê Orixá pelo terreno. A importância e presença de determinadas espécies de plantas variam de acordo com a própria linhagem espiritual da casa: em um terreiro cuja dona da casa é Oxum, por exemplo, cultivar uma árvore associada a este orixá pode ser uma forma de simbolizar a energia que governa aquele espaço. Determinadas árvores podem dar abrigo a assentamentos religiosos, serem construídas em cima de fundamentos plantados na terra ou servirem elas mesmas como objetos de culto. Assim, paralelamente à arquitetura do espaço construtivo, os terreiros muitas vezes apresentam uma segunda arquitetura, a da floresta sagrada, igualmente adaptada segundo as particularidades e circunstâncias de cada espaço. Plantar um axé é, portanto, um exercício ao mesmo tempo secular e religioso, tarefa que se faz tijolo a tijolo, quartinha a quartinha, raiz a raiz.





**Registros
da Ação
de Plantio
de ervas
e árvores
sagradas no
espaço de
nosso Ilê Axé**

Ossain e a partilha das folhas

Conta um mito que Ossain, orixá guardião do segredo das folhas, encontrava-se em uma disputa com seu irmão Olubiquin, dono das raízes. Os irmãos disputavam entre si para ver quem era mais importante, quem seria mais digno de ser lembrado e venerado. Para vencer a contenda, Ossain fez um pacto com as grandes Senhoras,

pedindo a elas que o fizessem reconhecido e respeitado por todos. Ao que tudo indica, o pacto deu certo: enquanto as folhas e o seu dono são parte fundamental de todos os ritos religiosos dentro dos Candomblés brasileiros, Olubiquin e suas raízes parecem não ter tido a mesma sorte, sendo esta uma entidade pouco lembrada no

Brasil. Por outro lado, o mito estabelece um curioso jogo de papéis entre o que é visível – as folhas e o desejo de reconhecimento – e o que é invisível – as raízes e o pacto travado com as Senhoras. O segredo das ervas não está debaixo da terra, ao contrário, ele está à vista de todos, mas é preciso saber olhar.

O olhar desavisado não será capaz de reconhecer, na mata, a arquitetura vegetal de uma casa de axé, os múltiplos usos das folhas e sua disposição pelo espaço do terreiro. Tampouco conseguirá identificar se uma planta encontra-se em bom estado, se demanda cuidados, se o solo e a posição em relação ao Sol são adequados ao seu crescimento. É curioso reparar que, em outro mito, esse segredo visível e ignorado é novamente tematizado, na relação entre Ossain e o dono do saber divinatório, Orunmilá. Conta o mito que Ossain trabalhava na casa de Orunmilá. Um dia, Orunmilá disse a Ossain que roçasse o mato de suas terras, a fim de que pudesse fazer uma grande plantação. Mas Ossain, que já conhecia todos os segredos das ervas, via-se impossibilitado de realizar essa tarefa. Diante de uma planta, disse Ossain a Orunmilá: esta erva cura dores, não pode ser cortada. Em frente a um arbusto, a mesma reação: esta aqui estanca o sangue, não se deve cortá-la. Apontando para outra erva, que atenuava a febre, afirmou: tampouco posso cortar aqui, pois esta refresca o corpo. Orunmilá, vendo então os múltiplos usos curativos das ervas, passou a pedir que Ossain o acompanhasse nos momentos de consulta, para ajudá-lo a curar os enfermos com o uso das ervas miraculosas. Ao operar uma inversão de papéis entre senhor e servo, o mito alerta para uma riqueza escondida, talvez mais próspera do que a própria atividade de plantio.

O senhor, dono do terreno – e também do destino, porque guardião do saber divinatório –, depara-se, por um golpe do acaso, com um tesouro que ele desconhecia em seu próprio jardim e com um servo que sabia traduzir a língua das ervas. De caráter reservado e melindroso, Ossain gosta de fazer surpresas e de passar despercebido.

Esse jogo entre visível e invisível, acaso e destino, riqueza e pobreza, é novamente tematizado no mito das abóboras, dessa vez de forma ainda mais explícita. Conta o itan que Ossain estava triste porque não poderia ir à festa de Orunmilá. Naquele ano sua plantação não havia dado inhames, que era o que deveria levar para a celebração. No lugar dos inhames, cresceram apenas algumas abóboras, deixando Ossain muito preocupado. No caminho para a casa de Orunmilá, Xangô passou pela casa de Ossain e, vendo-o tão entristecido, perguntou o motivo de sua preocupação. Ossain explicou que não poderia ir à casa de Orunmilá, mas pediu a Xangô que entregasse seus inhames e suas abóboras para o grande adivinho. Chegando Xangô para a festa, colocou seus inhames sobre o chão, em uma pilha, fazendo outra pilha com as abóboras

de Ossain. Desgostoso, Orunmilá recusou o presente, mandando devolver as abóboras a Ossain. Depois daquele dia, Ossain ficou muito triste e começou a passar necessidade. Um dia, não tendo o que comer, resolveu cozinhar uma das abóboras rejeitadas por Orunmilá. Ao abri-la, tomou um grande susto: em vez de sementes, seu interior estava recheado de dinheiro. Ossain, então, partiu as demais abóboras, cada uma delas repleta de dinheiro. Ele, que era pobre, tinha a riqueza dentro de casa e não sabia. Tornou-se então um homem muito rico e respeitado.

Mas o jogo entre visível e invisível, segredo e fama, não diz respeito somente às riquezas materiais que a natureza provê. Também fala do pacto estabelecido com a ancestralidade feminina, que permitiu a Ossain ganhar a contenda com seu irmão Olubiquin. O pacto é reforçado pelo próprio ferro presente nos assentamentos de Ossain: seis galhos espalhando-se ao redor de um sétimo galho, mais alto, encimado por um pássaro. De certo modo, Ossain observa a floresta como o pássaro no alto da árvore, guardião e protetor dos seus segredos. Mas o pássaro é também o símbolo das grandes an

cestrais, o pacto que alçou Ossain ao seu posto. Em outro mito, o acordo entre masculino e feminino é renovado através do conflito entre Ossain e Oyá. Conta o itan que todos os orixás dependiam de Ossain, que por ter o domínio e o conhecimento das ervas os obrigava a consultá-lo sempre que necessitassem de uma limpeza, cura ou caminho. Iansã observava esse movimento e se incomodava. Um dia, ela foi até a mata, morada do orixá, e fez uma grande ventania, que espalhou as folhas de Ossain pelos quatro cantos. Vendo suas folhas serem levadas, Ossain gritou “Ewê assa!”. A partir

das folhas de Ossain espalhadas pelo mundo, cada orixá buscou a sua folha de referência. Ossain ainda é o patrono das folhas, detentor dos seus saberes mais secretos. No entanto, por conta do gesto revolucionário de Iansã, o saber das ervas, ou ao menos parte dele, deve agora ser partilhado entre os orixás.

Os orixás ainda devem a Ossain sua reverência, ainda devem saudá-lo e rezar as cantigas de encantamento que ele os ensinou, a fim de mobilizar o axé das ervas. Mas é graças a Iansã que cada um





dos orixás tem suas próprias folhas. O vento de Oyá nos remete novamente ao enigma do pássaro, à ancestralidade feminina à qual Ossain deve seu poder. Por outro lado, Oyá, com seu vento, também atualiza e renova os termos do pacto ao estabelecer a partilha como fundamento de proliferação e continuidade do axé das folhas. Axé que se transmite no vento e nos seus seres – abelhas, pássaros e borboletas –, possibilitando que a floresta, através do pólen e das sementes das ár

Registros da Ação de Plantio de árvores sagradas no espaço de nosso Ilê Axé. Nas imagens, a frente do nosso barracão e a lateral do Exu do Portão, onde foram plantados o Dendezeiro, os Cactos, o Peregum e o Akoko.

**Registros da
Ação de Plantio
no espaço de
nosso Ilê Axé.
Nas imagens,
vemos o plantio
de Cambucá,
Romã, Louro,
Abre-Caminho
e Pitangueira
nas portas dos
Ilê Orixá.**



vores, desenvolva novas raízes alhures. No contexto da diáspora africana, Iansã é fundamental para compreender a gestação de uma nova floresta ancestral em terras brasileiras. Enquanto comunidade de terreiro, nós também devemos respeito e deferência ao dono das folhas e à dona do vento, cuja dança permitiu que pudéssemos nascer novamente do lado de cá, pelas mãos de nossos ancestrais.





Registros da Ação de Plantio da floresta litúrgica de nosso Ilê Axé. Na imagem, plantio do Dendezeiro de nosso portão.

O Plantio

A primeira atividade constitutiva do projeto *Kò sí ewé, kò sí òrisà* foi a realização de uma ação de plantio de ervas e árvores sagradas no espaço do nosso egbé. Plantamos as seguintes espécies: Oriri, Abre-Caminho, Akokô, Tapete de Oxalá, Manjeriçã, Fortuna, Saião, Cana-do-Brejo, Erva-de-Santa-Luzia, Cambucá, Babosa, Dendezeiro, Cactos, Romã, Louro, Cajá, Aroeira, Ipê Amarelo, Peregun e Pitanga. Na maioria dos casos, a escolha das ervas e árvores se motivou por questões religiosas. No entanto, o projeto também acolheu doações de árvores nativas da Mata Atlântica, como o Cambucá, o Ipê Amarelo e a Pitangueira, incorporadas ao plano de plantio tanto pelo seu aspecto frutífero e/ou ornamental, como pelo interesse da comunidade em cultivar espécies ameaçadas de extinção. O plantio em três áreas principais de nosso terreno – fachada do Ilê, quartos de santo e fundos – seguiu uma lógica litúrgica. Assim, ao lado do portão foram plantados o Dendezeiro e a Aroeira, símbolos dos orixás guardiões, lado a lado dos Cactos e do Ipê Amarelo, representando os donos da casa. Ao lado da porta dos Ilê Orixá, a opção foi pelo plantio de árvores frutíferas baixas

e de caráter arbustivo que guardassem alguma relação com os moradores, como a Romã, o Louro e o Abre-Caminho, além do pé de Akoko, que ficou ao lado do Exu e do Ogun do portão. Também o povo de rua ganhou um belo jardim de roseiras e margaridas ao lado de sua morada, feito pelas mãos de nossa vizinha, Dona Maria. Por possuírem um espaço maior disponível para o plantio, os fundos do terreno deram lugar a algumas das árvores mais importantes do nosso culto: a Cajazeira, a Goiabeira e o Peregum, além de um Limoeiro, doação da amiga e parceira de nossa comunidade, Egbomi Naura.

Seja por conta do espaço limitado de nosso terreno, seja pelo fato de que ele ainda está em construção, demos preferência por árvores cujas raízes não fossem ramificadas, a fim de não prejudicar os alicerces das edificações. Contamos com a ajuda de duas engenheiras agrônomas para pensar os melhores lugares do plantio de cada erva, considerando as características da árvore, como tipo de raiz, modo de crescimento e altura. Seguindo as orientações, fizemos uma preparação prévia, com a inserção de terra adubada e fertilizantes minerais





Registro do plantio nos fundos do nosso terreno

no solo dois dias antes do plantio das mudas. Desse modo, a metodologia do projeto tinha como objetivo conjugar os saberes religiosos de matriz africana – a seleção das ervas adequadas e dos procedimentos litúrgicos a serem realizados durante o plantio – com o conhecimento botânico, de natureza técnica e científica.

A ação foi realizada às oito horas da manhã, horário que, de acordo com as orientações das engenheiras agrônomas, era ideal para a realização do plantio. Cada membro do axé, dos abians aos egbomis, plantou pelo menos uma árvore, de modo a participar ativamente na feitura de nossa floresta ritual. Plantar uma floresta tornou-se, assim, uma realização de toda a comunidade, forma de celebrar todas as alegrias que 2022 trouxe para o nosso axé. Apesar dos inúmeros desafios, mesmo com o espaço físico ainda em construção, o cultivo de nosso espaço sagrado já chegou. E através da realização do plantio, cada membro do axé foi convidado a conhecer o processo – tanto botânico como religioso – por trás do cultivo e da preservação de cada erva. Do preparo dos temperos que serão utilizados no fundamento, até a hora certa de plantio, as cantigas encanta



**Registro do Plantio de Ervas Sagradas
no espaço de nosso Ilê Axé**



Registros da Roda de Conversa
Sem folha não há comunidade



tórias e as particularidades das ervas, cada membro da egbé foi convidado a se responsabilizar pelo cuidado e preservação de nossa mata.

Sem folha não há comunidade

A segunda atividade constitutiva do projeto *Kosi ewe, kosi orixá* foi a roda de conversa *Sem folha não há comunidade*. O evento, aberto à participação de toda a comunidade de terreiro, assim como demais interessados pelo tema, objetivava constituir um espaço de discussão sobre temas como desenvolvimento sustentável e racis-

mo ambiental e, ao mesmo tempo, celebrar a realização do projeto e a construção do telhado de nosso Sabagi/Roncó. Para a roda, a comunidade do Ilê Axé Omin Agbara Oluayê recebeu representantes de outros terreiros de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro. Foi uma grande alegria poder inaugurar o espaço de nosso axé para o povo de terreiro a partir de uma conversa e de uma congregação. Contamos com a presença de 30 pessoas, entre elas, Iyá Marlise de Oxum e demais membros do Ilê Àṣẹ̀ Ìyálóde Ọ̀ṣún Karé Adé Omi Aró, nossa casa matriz, Ogã Edu Nascimento, Egbomis Naura e Erika e Ekedí Marcia, amigas de nossa comunidade, Fabiana,



Registros da Roda de Conversa no espaço de nosso Ilê Axé

engenheira agrônoma que foi nossa parceira e orientadora durante o processo de plantio, e Bruno, estudante da UFRRJ e membro do Núcleo de Estudos de Matriz Africana dessa instituição, responsável pela doação de diversas mudas que plantamos em nossa comunidade.

No evento, discutimos os diferentes modos de saber que são operados dentro do terreiro e nos questionamos sobre os modos de partilha e difusão desse saber. Afinal, como dar conta de um conhecimento ancestral e garantir sua preservação para as gerações futuras, respeitando os princípios da oralidade, da tradição e da hierarquia? Como fazer frente ao racismo ambiental que coloca corpos negros como os principais alvos das mudanças climáticas de nosso tempo? De que formas podemos construir encruzilhadas entre o saber científico, fundamental à compreensão e preservação da natureza, e o saber do terreiro, essencial para a manutenção do axé das folhas? É possível pensar uma outra trajetória para o encontro entre esses mundos, menos conflitante e colonizadora, mais partilhada e comunitária? Foram perguntas como essas que orientaram a conversa entre os parti-

cipantes, que correu de forma descontraída, em meio a muitas histórias, itans e vivências de axé partilhadas pelas nossas mais velhas.

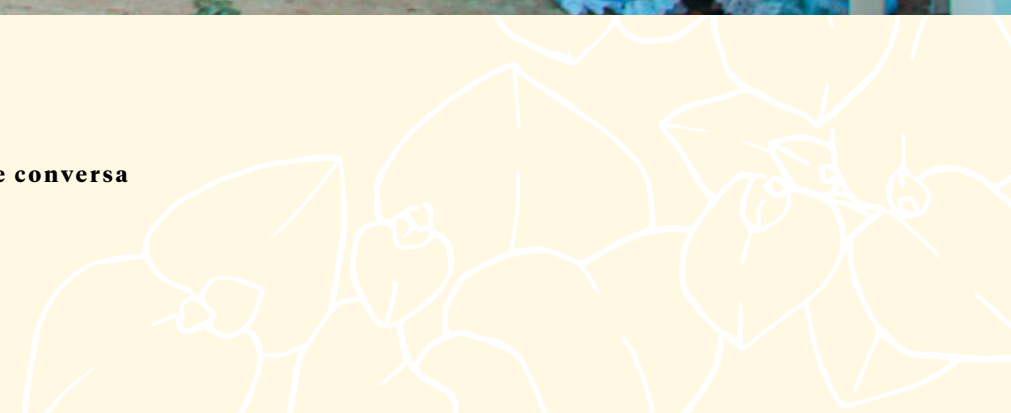
Assim como sem folha não há orixá, sem comida não há Candomblé. A roda de conversa contou com uma deliciosa mesa de café da manhã com bolos, pães e muitos quitutes. Ao final, servimos para o almoço um saboroso bobó de frango, feito pelas mãos de Egbomi Naura, e confraternizamos junto de nossos amigos, familiares e convidados. A comida, assim como as ervas, desempenha um papel fundamental nos ritos de nossa religião, lugar de partilha de conhecimentos, troca de experiências e transmissão de energia vital. É através da partilha dos frutos da terra que podemos reconhecer a força dos saberes ancestrais de terreiro, que nos ensinam a importância de alimentar a terra como se alimenta o corpo. Embora não saibamos ao certo o que o futuro nos reserva, em meio ao racismo religioso escancarado na sociedade brasileira e o descaso do poder público para a pauta ambiental e o desenvolvimento sustentável, sabemos que nossa existência é fundamental para que possamos pensar uma comunidade que valorize e respeite a terra.



Registros da mesa do café da manhã e almoço, durante a realização da roda de conversa no espaço de nosso Ilê Axé



Comunidade do Ilê Axé Omin Agbara Oluayê, familiares e convidados para a roda de conversa





**Registro
da roda de
conversa *Sem
folha não há
comunidade,*
realizada
no espaço
de nosso
Ilê Axé**



**Registros da
Ação de Plantio
no espaço de
nosso Ilê Axé.
Nas imagens, a
bandeja de temperos,
elemento crucial para
a preparação
da terra para
o cultivo**





Capítulo III

Pequeno Indicionário de Saberes Ancestrais



Mamona

Também conhecida como Ewé-lará, a mamona é muito utilizada para enrolar e servir ebós e alimentos ritualísticos. Nos Olubajés, ela não apenas enfeita as panelas de barro onde são dispostas as comidas, como também serve enquanto espécie de prato/guardanapo sobre o qual cada membro do axé comerá. Tanto na medicina ocidental como nos candomblés, a mamona tem propriedades purgativas. Seu culto está associado a ebós de limpeza e Orixás com alguma ligação com a morte. Por outro lado, o óleo extraído quimicamente da planta - o famoso óleo de rícino - possui propriedades laxantes, servindo também como emoliente para a pele e cabelos. Zeladoras e zeladores de axé, conscientes da necessidade de diminuir o descarte de objetos como vidros, louças e peças de barro nos ebós, têm muitas vezes utilizado a mamona como opção aos alguidares, dada sua natural decomposição na natureza. Além das propriedades medicinais, a mamona ainda apresenta outros usos, podendo servir à produção de biodiesel. O consumo dessa planta, no entanto, deve ser evitado, pois tanto as sementes como as folhas são altamente tóxicas: é da mamona que se extrai o rícino, um poderoso veneno. A Mamona é uma planta de características arbustivas e fácil de ser encontrada em terrenos baldios ou regiões irrigadas, próximas ao leito dos rios. Como depende de um solo altamente fértil para crescer, sua presença abundante no bairro de Prados Verdes denota a fertilidade do solo da região.

Oriri

Tradicionalmente associada ao culto a Oxum e presente em boa parte dos banhos rituais, Oriri é também conhecida pelo nome erva-de-jabuti, quem sabe pelo seu gosto por lugares sombreados e úmidos, como pedreiras, beiras de calçadas ou mesmo muros de casas. Embora seja muito comum encontrá-la na natureza, irrompendo de lugares inusitados e espalhando-se rapidamente pelo solo, seu plantio e manejo é relativamente difícil. Trata-se de uma erva muito perfumada, de cheiro semelhante à mostarda e sabor levemente picante, de onde se extrai



**Registro da Ação de Plantio
no espaço de nosso Ilê Axé.
Na foto, muda de Fortuna.**

seu nome científico: *Peperomia pellucida*. Além de ser uma Planta Alimentícia Não Convencional (PANC), podendo ser consumida cozida ou crua, apresenta múltiplos benefícios medicinais e fitoterápicos. O sumo extraído do caule da erva ajuda a curar inflamações e irritações nos olhos, e o chá tem propriedade anti-inflamatória e antirreumática, ajudando ainda a curar problemas uterinos e menstruação desregulada - quem sabe daí sua associação a Oxum.

Abre Caminho

Também conhecida como Vence Demanda, a erva é originária do continente asiático, sendo muito cultivada em regiões da África, da América do Sul e Central, devido às suas propriedades medicinais e mágicas. Trata-se de uma planta que cresce na forma de um arbusto ereto e muito ramificado. Na medicina tradicional, seus usos analgésicos e anti-inflamatórios são extensos, servindo para o alívio da febre, tosse e inflamações, dores de cabeça, alergias, problemas menstruais, combate da asma e do reumatismo. No Candomblé, associa-se ao Orixá Ogum, podendo ser utilizada em banhos e sacudimentos, seja para limpeza espiritual, seja para quebrar bruxarias ou desfazer demandas. Seus arbustos servem ainda como proteção para o ambiente, e seu uso é tão difundido na cultura brasileira que ela nomeia algumas das mais antigas marcas de defumadores brasileiros.

Akoko

Uma das folhas mais conhecidas e sagradas dos candomblés, o Akoko é uma árvore originária do continente africano, onde é considerada propiciadora de abundância, dada a forma como seus galhos, uma vez enterrados na terra, brotam novamente. Também por isso, estacas de galhos da árvore são usualmente dispostas nos mercados iorubanos. Pudemos testemunhar um processo semelhante durante o plantio de nosso pé de Akoko. Quando plantamos a árvore, ela estava repleta de folhas que caíram poucos dias após o plantio, deixando o tronco completamente nu. No decorrer das semanas, novas folhas e ramos brotaram do tronco, anunciando prosperidade.

A associação dessa árvore com a abundância é muito forte. Associada a Oxóssi, é também utilizada na preparação de banhos ritualísticos, nos rituais de iniciação ou mesmo para enfeitar oferendas.

Boldo

Também conhecida como tapete de Oxalá, dada a sua textura macia e aveludada, o Boldo é uma planta natural do Brasil, muito utilizada na medicina popular para o tratamento de problemas hepáticos, ressacas ou má digestão. Seu uso litúrgico envolve desde a preparação de abôs até os rituais de iniciação. Os pés de Boldo plantados em nosso espaço sagrado foram doações generosas do NEMAFRO - Núcleo de Estudos de Matriz Africana - da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Manjeriço

Erva conhecida como tempero para massas ou carnes, o manjeriço (ou efinrín kékéré) encontra-se presente em diversos banhos ritualísticos para fins de limpeza, sendo associado a Oxalá, Oxum e Iemanjá. Suas folhas secas também podem servir como defumador. Os pés de Manjeriço plantados em nosso espaço sagrado foram doações generosas do NEMAFRO - Núcleo de Estudos de Matriz Africana - da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Goiabeira branca

Associada a Oxóssi, a goiabeira branca é uma das árvores sagradas do terreiro, planta cujas folhas e galhos servem às mais diversas finalidades no culto. Dos galhos da goiabeira, são feitos os aguidavis, varas de pau utilizadas para tocar os atabaques, e também os atoris, varetas que são um dos instrumentos associados a Oxaguiã. Também pode ser usada nos banhos de purificação e limpeza. É uma árvore de raiz não ramificada e altura mediana, conhecida na medicina popular devido a suas propriedades na cura de cólicas e disenterias.



**Registros da
Ação de Plantio
no espaço de
nosso Ilê Axé.
Nas imagens, roseira
do nosso jardim,
localizada ao lado da
casa do povo de rua,
e banho de ervas para
limpeza
dos membros
do terreiro.**



Fortuna

Assim como as folhas do Akoko, que brotam do galho plantado na terra, a Fortuna também é uma erva que rapidamente prolifera no solo, sendo por isso muito vinculada ao dinheiro e à prosperidade. Muito utilizada em banhos de limpeza e em obrigações de cabeça, a fortuna é ainda conhecida na medicina popular devido ao seu poder cicatrizante e anti-inflamatório, bastando colocar algumas folhas maceradas sobre ferimentos a fim de acelerar o processo de cicatrização. O sumo da planta, puro ou misturado ao leite, é particularmente eficaz no tratamento de quedas e tombos.

Erva de Santa Luzia

Conhecida popularmente como alface d'água, é uma erva aquática vinculada ao culto a Oxum, de grande importância para o rito de lavagem dos olhos. O nome da erva, curiosamente, alude à santa protetora da visão, que teria arrancado os seus próprios olhos, entregando-os ao carrasco, preferindo isso a renegar a fé em Cristo. Na lavagem dos olhos, a erva de Santa Luzia possibilita ao olheiro um melhor olhar para o mundo, para a vida e para o oráculo, um olhar de fé e sensibilidade, um olhar leve. Suas propriedades medicinais são muitas, auxiliando no tratamento da asma, disenteria, diabetes e doenças nos rins. Ela é encontrada com alguma facilidade em mananciais ou lagoas poluídas, onde se prolifera devido ao seu caráter filtrador.

Dendezeiro

O Dendezeiro é uma palmeira indispensável em uma casa de axé, palmeira sagrada decupável em diferentes partes com usos e simbologias diversas. O tronco do dendezeiro associa-se à ancestralidade, assim como as folhas da palmeira que, uma vez desfiadas, dão origem ao Mariwô, representando a descendência. Associado a Ogum, que o veste em certas ocasiões, o Mariwô é um elemento fundamental nas casas de axé, visto que representa um portal, presente nas portas dos

Ilê Orixá e também no portão de entrada do terreiro. Só passam por debaixo do Mariwô aqueles que podem conhecer o segredo. Além disso, o dendezeiro também fornece as fibras para a produção do Xaxará de Omolu. Dos frutos do dendezeiro, se extrai o Azeite de Dendê, ou Epô Pupa, uma das bases da culinária religiosa e da gastronomia afrobrasileira, consagrado a Exu. Já o óleo das sementes do fruto, também chamado óleo de palmiche, constitui uma grande interdição a esse orixá. Finalmente, os frutos Dendezeiro também apresentam um importante uso para o culto de Ifá: deles se extraem os caroços utilizados no culto e assentamentos de Orunmilá.

Cactos

Planta sem grande utilização litúrgica, os cactos simbolizam o dono da casa, associando-se à proteção, perseverança e resistência frente às adversidades.

Romã

A romã - agbá, em iorubá - é uma árvore arbustiva cujos frutos e sementes, de cor vermelha intensa, lembram a forma de um sêre (chocalho), com uma pequena coroa na ponta. É uma fruta de natureza quente, sua casca e sementes são conhecidas por seu poder anti inflamatório, sendo utilizadas para o trato de amigdalites, inflamações na garganta, gastrites e mesmo hemorroidas. É associada a Xangô tanto no Brasil como em Cuba, onde também possui ligação com Oyá. Diz-se em Cuba que um ramo de romã em casa é capaz de afastar os espíritos, impedindo que eles perturbem o repouso dos vivos.

Cajazeira

E Oyá fez ventar as folhas do cajazeiro de Ossayn, espalhando aos sete ventos os valiosos conhecimentos alquímicos de suas folhas. O pé de cajá, também conhecido como Ewé Kíkan ou Kíkan Kíkan, é uma das árvores sagradas dos candomblés, dotada de qualidades mágicas e propiciadora de boa sorte. Seus usos ritualísticos variados - defumações dos caroços da fruta; banhos rituais

com o sumo das folhas maceradas; folhas espalhadas pelo chão no momento dos sacrifícios propiciatórios ou mesmo em dias de festa - refletem as múltiplas qualidades medicinais da planta, cujas diferentes partes - raiz, casca, flores, folhas e fruto - podem ser usadas no tratamento de doenças de pele, doenças cardiovasculares, doenças do trato digestivo, doenças do trato urinário ou mesmo doenças dos olhos. É curioso pensar a variedade de propriedades mágicas, alquímicas e medicinais da cajazeira a partir da cantiga que lhe dá nome, e da própria morfologia da árvore que, frondosa, assemelha-se à forma do ferro de Ossayn: seis galhos espraiando-se ao redor do tronco, com um pássaro encimando o sétimo e mais alto galho, ao centro.

Aroeira

Árvore associada ao culto a Oxóssi, a aroeira tem uma função ritualística fundamental nos candomblés, participando dos ritos de consagração do alimento, assim como banhos e sacudimentos. Na medicina popular, a planta apresenta propriedades anti-reumáticas, servindo também para problemas relacionados com o trato respiratório. As infusões e unguentos da aroeira (tanto de sua casca como de suas folhas) são usados ainda para tratamento de feridas ou inflamações na pele. A Aroeira é uma das nossas árvores sagradas que participa do nosso xirê de árvores na rua Santo Antoninho, em frente ao portão do Axé.

Ipê Amarelo

Mais uma das árvores do nosso xirê de árvores de axé, plantada na fachada de nosso terreno, o ipê amarelo representa a dona do terreiro, e tem uma história curiosa. Conta Tia Nádia, mais velha da nossa comunidade, que um dia teria sonhado com saudosa Essá Regina Lúcia de Oxaguiã. No sonho, Tia Nádia observava um terreno descampado, e na frente dele, lá estava Iyá Regina Lúcia.

Sem entender muito bem o que estava fazendo ali, Tia Nádia pergunta: mas o que tem nesse terreno? Ao que Iyá Regina Lúcia responde: olha, tem um Ipê Amarelo. Árvore frondosa e muito bonita, infelizmente ameaçada de extinção, o Ipê Amarelo em meio ao descampado representa para nós a possibilidade de fazer nascer, em meio à terra nua, a beleza de uma comunidade de axé.

Cambucá

Natural da mata atlântica e de aspecto arbustivo, que dá frutos exóticos parecidos com caquis. O Cambucá foi uma doação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e embora não tenha um significado particular dentro do culto, decidimos plantá-la em virtude de sua raridade, bem como a fim de fazer proliferar essa espécie nativa, ameaçada de extinção. Seu fruto pulposo apresenta diversas propriedades medicinais e nutritivas, da melhora dos batimentos cardíacos e redução da pressão arterial, ao estímulo das funções nervosas, auxílio em problemas estomacais e fortalecimento dos ossos.

Peregun

Uma das folhas mais antigas e indispensáveis no culto de Orixá, o Peregun é uma árvore associada à ancestralidade, portadora de boa sorte e propiciadora de grande axé. Como seu próprio nome já diz, é aquela que possibilita o chamamento do ancestral, vindo daí sua associação à riqueza. O peregun verde encaminha e protege o Iyawô, que o carrega na mão no momento da saída, com a apresentação do iniciado perante a comunidade. Já o Peregun listrado ou amarelo possui associação com Iansã, tendo finalidade protetiva.



**Nas imagens, Erva-de-Santa-Luzia
cultivada no espaço de nosso Ilê Axé
e plantio do nosso pé de Cambucá**

Ilê Axé Omin Agbara Oluayê

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO